

NÃO É HI-
BRIDISMO

Raul Pilla

55

PELA muita consideração que a todos merece o sr. Daniel de Carvalho, tenho de insistir nas declarações que fez a um jornal, a respeito da reforma parlamentarista.

«A Emenda é um enxêrto — diz êle — de um regime numa Constituição que adota outro». E' estranho condene tal enxêrto quem preconiza o regime atual, justamente por já não ser puramente presidencialista e ter resultado, êste sim, de um enxêrto de institutos parlamentaristas no velho tronco presidencialista.

Em verdade, porém, não se trata de nenhum enxêrto. Como sabe o ilustre jurista, que com perfeito equilíbrio está presidindo a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, é diploma complexo uma constituição política. Consta de duas partes essenciais: a organização do poder e a declaração dos direitos. Mas a elas se acrescentam, e já com algum abuso, certas matérias importantes, que se desejam subtrair à variabilidade da legislação ordinária. Isto pôsto, para substituir o sistema presidencial pelo parlamentar, será preciso alterar êstes capítulos da Constituição, por exemplo, o da Família, da Educação e da Cultura? Evidente parece que não. A família brasileira em nada deverá ser afetada pela reforma política. Os direitos e garantias individuais, de que trata o Título IV, serão diferentes no sistema parlamentar? Também claro parece que não. Portanto, a única coisa que se faz necessário para realizar a reforma é modificar ou substituir, na atual Constituição, os capítulos que tratam da organização do poder, pois esta, sômente, é que se visa alterar. Bulir no resto, seria simples insensatez. Nem se pratica nenhum hibridismo com a Emenda: temos agora o sistema presidencial, que o próprio sr. Daniel de Carvalho reconhece não ser puro; teremos depois, sem a menor sombra de dúvida, o sistema parlamentar, embora não o que eu faria, se só do meu voto dependesse.

A inanidade da objeção em bôcas tão autorizadas mostra bem a dificultosa situação dos presidencialistas. E' que não há ninguém, por mais bem dotado, que seja capaz de bonificar uma causa fundamentalmente má, como é o presidencialismo, não só no Brasil, mas também em tôda a América Latina.